



AGU promete desengavetar acordos anteriores para ajuizar ações

O advogado-geral da União, André Mendonça, vai se debruçar sobre os seis acordos de leniência firmados pela AGU e Controladoria-Geral da União para entrar com ações de improbidade administrativa decorrentes deles. Para tanto, Mendonça criou o Grupo de Ajuizamento decorrente de Acordos de Leniência, batizado de Graal.

O AGU fez o anúncio nesta quarta-feira (23/1) por meio do perfil que mantém no Twitter desde a última quinta-feira, criado como canal de comunicação para o cargo. A rede social é usada da mesma forma pelo presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL).

“Vamos desengavetar, aqui na AGU, os processos de acordos celebrados e entrar com ações de improbidade administrativa, de ressarcimento, entre outras ações judiciais cabíveis”, escreveu Mendonça.

Por meio dos seis acordos assinados, a previsão é que o Estado recupere cerca de R\$ 6 bilhões. "Acreditamos que temos potencial para cobrar um valor semelhante à luz das provas que as empresas nos trouxeram", publicou. Ele disse ainda que, à frente da AGU, busca uma atuação "focada em resultados".

O ministro disse ainda que, em parceria com a CGU, a meta é fechar acordos de leniência em valores próximos a R\$ 25 bilhões em dois anos. De acordo com ele, existem 20 negociações em andamento. Para Mendonça, há espaço para a redução do tempo de conversas até que sejam celebrados.

Esse é um dos objetivos do Graal, vinculado ao Departamento de Patrimônio e Probidade, e do qual Mendonça foi o primeiro chefe. A composição do grupo será de seis advogados da União, um da Procuradoria-Geral da União e cinco indicados por cada uma das procuradorias regionais. Eles terão atribuição exclusiva para atuar com essas matérias.

O grupo se reunirá pela primeira vez nos próximos dias. Eles vão analisar e propor medidas judiciais a partir das informações e documentos obtidos por meio dos acordos de leniência celebrados de forma conjunta pela CGU e a AGU. Pelo volume de material a ser analisado, ainda não há prazo para a entrega das ações com base nos seis acordos das gestões anteriores.

Até março, conforme afirmou à **ConJur**, em nome da transparência, todos os acordos já celebrados devem ser [divulgados](#). Mendonça explicou que os documentos vão passar por revisão minuciosa para que trechos que tenham de ser cortados sejam identificados — para não prejudicar as investigações. Este trabalho já estaria em andamento.

Vamos desengavetar, aqui na AGU, os processos de acordos celebrados e entrar com ações de improbidade administrativa, de ressarcimento, entre outras ações judiciais cabíveis.

— André Mendonça (@andre_mendonca_) [23 de janeiro de 2019](#)

Date Created



23/01/2019